



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Federal Ana Paula Lima (PT/SC)

## **COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O SISTEMA PORTUÁRIO BRASILEIRO**

### **PROJETO DE LEI Nº 733, DE 2025**

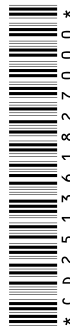
Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

#### **EMENDA Nº**

Acrescente-se Parágrafo único, ao Art.5º do PL 733/2025, com a seguinte redação:

“Art. 5º As propostas de edição e de alteração de atos normativos dos entes públicos nominados nos incisos I, II, III e V do art. 2º desta Lei de interesse do setor portuário e aquaviário, serão precedidas da realização de análise de impacto regulatório, que conterà informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo para verificar a razoabilidade do seu impacto econômico, nos termos da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019:

Parágrafo único – a edição e/ou alteração de atos normativos relacionados às propostas de interesse do setor portuário e aquaviário, conforme disposto no caput deste artigo, deverá ocorrer por meio de ato interministerial, garantindo a coordenação e a convergência entre os órgãos e entidades competentes, de forma a assegurar maior eficácia e uniformidade nas normas aplicáveis,





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Federal Ana Paula Lima (PT/SC)

preservando o equilíbrio entre os impactos econômicos e as diretrizes de desenvolvimento sustentável.”

### **JUSTIFICAÇÃO**

A inclusão do parágrafo único que estabelece a obrigatoriedade de edição e/ou alteração de atos normativos através de ato interministerial é essencial para promover a integração e a coerência entre os órgãos e entidades envolvidos no setor portuário e aquaviário. Essa medida busca mitigar possíveis discrepâncias normativas e assegurar que as decisões regulamentares sejam pautadas por uma abordagem multissetorial, considerando os diferentes aspectos e implicações das políticas públicas no setor.

Além disso, a coordenação interministerial possibilita maior uniformidade e previsibilidade no ambiente regulatório, promovendo segurança jurídica e alinhamento com as diretrizes de desenvolvimento sustentável e competitividade econômica. Assim, tal previsão normativa potencializa a eficácia das medidas adotadas, assegurando que sejam equilibradas quanto aos seus impactos econômicos e alinhadas com os objetivos estratégicos de modernização e eficiência das operações portuárias e aquaviárias.

Sala das Comissões, de agosto de 2025.

**ANA PAULA LIMA**

**Deputada Federal PT/SC**

